

Rio das Flores

Vale pouco ou nada como romance histórico, é pobre e vulgar como romance de família



Pedimos a **Vasco Pulido Valente** que lesse *Rio das Flores*, o último livro de Miguel Sousa Tavares. O romance conta a história de uma família de latifundiários alentejanos na primeira metade do século XX. O historiador, especialista da República, não gostou e diz que o escritor não ilumina a época nem a percebe

● Numa entrevista ao *Expresso*, Miguel Sousa Tavares contou um caso, inteiramente imaginário, da minha suposta desonestidade (teria criticado o *Equador*, sem o ler) e acrescentou alguns comentários desagradáveis. Como é natural, desmenti. Isto bastou para que ele anunciasse por SMS à minha mulher e, a seguir, no *Diário de Notícias* que “ia dar cabo de mim”. Parece que, segundo o critério dele, não “deu”, por esta vez, “cabo de mim”. Ficou pelo insulto e pela injúria; e pela ameaça implícita de que, se quisesse, revelaria episódios da minha vida pessoal (cinco ou seis) para liquidar a minha figura pública. Nestas digressões Miguel Sousa Tavares não falou uma única vez de um livro meu ou do meu jornalismo. Excepto sobre o meu “carácter” privado, não abriu a boca. Em cinquenta anos, não me lembro de encontrar um ódio tão inexplicável. Fiquei espantadíssimo e até, num encontro de acaso, lhe tentei falar, para o ouvir e, como lhe disse, para lhe poupar *no interesse dele* uns tantos disparates no *Rio das Flores*. Não quis.

Escrevo esta crítica sem prazer. Nada pior do que ler um livro mau, excepto escrever sobre um livro mau. Mas, como se compreende, não podia deixar que a brutalidade de Miguel Sousa Tavares chegasse para me calar.

Preâmbulo

Uma ficção histórica (um romance), como a história, interpreta o passado. Ao contrário da história, pode inventar um passado, onde as fontes são omissas ou parciais. Pode deformar coerentemente o passado (dentro de limites), atribuindo, por exemplo, uma mentalidade moderna a personagens da Antiguidade ou da Idade Média. O que não pode é desconhecer e falsificar o passado ou dar dele versões falsas, simplificadoras ou propagandísticas. Convém, por isso, no caso do *Rio das Flores*,

partir deste ponto elementar. Tanto mais que Sousa Tavares anuncia na badana que o livro assenta num “minucioso e exaustivo trabalho de pesquisa histórica”.

Opiniões

Rio das Flores é a história de uma família de latifundiários do Alentejo entre 1915 e o fim da II Guerra: do pai (Manuel Custódio, que morre ao princípio do livro), da mãe (Maria da Glória), dos dois filhos (Diogo, o herói do romance, e Pedro, o seu contraponto), da mulher de Diogo (Amparo), da amante de Pedro e da segunda mulher de Diogo. Pelo livro passam muitas outras criaturas, sempre de uma convencionalidade absoluta, que pouco vão além do nome, ou da etiqueta, e se esquecem imediatamente. Mesmo as personagens principais são pouco densas, sem complexidade ou interesse. Através da família dos Ribera Flores, o *Rio das Flores* pretende ser uma meditação política sobre a primeira metade do século XX. É bom por isso saber, um a um, o que têm dentro da cabeça e, sobretudo, o que tem dentro da cabeça Miguel Sousa Tavares: uma distinção muitas vezes difícil de estabelecer.

a. *Opiniões de Manuel Custódio sobre a República* - Claro que não tratarei aqui de opiniões, que servem para “caracterizar” Manuel Custódio como “personagem”: uma regra que apliquei a Diogo e a Pedro. Só me interessam aquelas que revelam os conhecimentos dele ou, se preferirem, o grau de consciência da situação em que vive.

Manuel Custódio acha, por exemplo, que “as despesas da corte no tempo de Monarquia” eram ridículas comparadas com “o desperdício de dinheiros públicos do governo do dr. António José de Almeida - ‘o rei dos demagogos, o maior vendedor de feira que este país já conheceu’”. Sendo que António José de Almeida foi presidente do Conselho entre Março



Rio das Flores
Miguel Sousa Tavares
Oficina do Livro, 628 págs, €29

de 1916 e Abril de 1917, quando Portugal entrou em guerra e se organizou o Corpo Expedicionário para a França, a comparação não faz sentido, nem (como no caso) numa querela de café.

Manuel Custódio acha que a República queria proibir “os padres de andar vestidos de padres”. A República proibiu o uso de vestes talares na rua, isto é, de vestes que chegassem ao calcanhar (do latim: *talus*, calcanhar): numa palavra, a batina. Não proibiu o fato preto e o cabeção (ou volta), e a coroa, que identificavam perfeitamente os padres.

Manuel Custódio acha que vai “ganhar quem eu disser ou quem disser aquele pateta do Joaquim Gomes, o cabo eleitoral dos republicanos em Estremoz. É só esperar para ver qual de nós dois está disposto a gastar mais dinheiro com a eleição e depois contam-se os votos - se não houver chapelada deles”. Isto mostra, numa cápsula, que Manuel Custódio não compreendia os mecanismos eleitorais da República, na prática

um regime de partido único, o Partido Democrático. Nesse ano, 1921, ganhou a maioria o Partido Liberal por decisão de António José de Almeida (na altura Presidente da República) e com o acordo do Partido Democrático: o que, de resto, levou rapidamente ao assassinato do presidente do Conselho, o “liberal”, António Granjo. Daí para frente, como desde 1911, o Partido Democrático ficou sempre, como antes, com a maioria no Parlamento e no Senado e Estremoz nunca elegeu um deputado monárquico.

Suponho que isto basta para indicar a natureza e a perspicácia das discussões políticas nos jantares de Manuel Custódio.

b. *Opiniões de Diogo sobre a República* - Como notei atrás, é difícil separar Diogo de Miguel Sousa Tavares. Seja como for, trato aqui só de opiniões que Miguel Sousa Tavares resolveu atribuir a Diogo e que não servem directamente para o “definir”.

Escreve Sousa Tavares: “Diogo (...) não gostava de ser tratado por morgado, esse título que se referia ao iníquo sistema sucessório em que filho varão mais velho herdava tudo, como forma de defesa da propriedade familiar, evitando a sua divisão entre vários herdeiros. A República pusera fim legal aos morgadios e ele, embora tivesse saído pessoalmente a perder, estava de acordo.” A Monarquia “pusera fim legal” ao último morgadio em 1863, com excepção da Casa Real. Nem Diogo, nem o pai, nem o avô, nem o bisavô, nem o tetravô repararam na coisa.

Diogo acha que a República instituiu “o sufrágio universal”. A República notoriamente não instituiu o sufrágio universal. A lei eleitoral de 1911 deixava votar os maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever ou que fossem chefes de família há mais de um ano. Infelizmente, na “eleição” de 1911 não se votou, por pressão do Partido Republicano, em quase metade dos círculos. Pior ainda, nos círculos em que se votou, bandos

de terroristas “fiscalizaram” o acto. Na eleição seguinte, em 1913, o Partido Democrático restringiu o voto a maiores de 21 anos, do sexo masculino e letrados: um corpo eleitoral mais pequeno do que o da Monarquia. A República não podia, como é óbvio, deixar votar o povo analfabeto do campo, que obedeceria ou se “venderia” aos “caciques” monárquicos. Até 1926 (com a excepção do “sidonismo”), o regime de 1913 praticamente não mudou.

Diogo acha que a República decretou “o divórcio para quem não é católico”. A República, de facto, decretou o divórcio para quem era ou não era católico, para quem se casara pelo registo civil ou pela Igreja. Mas são subtilidades que excedem Diogo.

Diogo acha (ou parece achar) que a República foi uma democracia. A um amigo pergunta: “Os portugueses livraram-se de uma ditadura (a Monarquia) e, menos de vinte anos depois, já querem outra (a ditadura militar).” E, durante o pronunciamento republicano de 1937, pensa que em breve se irá restabelecer a “legalidade democrática”. Verdade que Diogo tem ideias muito estranhas sobre a Monarquia e era muito novo em 1910. Mas não conseguiu ver, aos 27 anos, o que toda a gente via, ou seja, que a República não passara da ditadura do Partido Democrático (de que ele mesmo, de resto, se gabava) e que não existira legalidade alguma, excede a ignorância permissível.

Diogo acha, enfim, que é (ou foi) “um monárquico constitucionalista”. Esperemos que tenha querido dizer “constitucional”.

É com uma personagem desta lucidez que temos de acompanhar a história política de Portugal, de Espanha, do resto da Europa e do Brasil durante 608 páginas. É principalmente através dele que o leitor é convidado a “ver” a ditadura, a liberdade e o destino do mundo.

c. *Opiniões de Miguel Sousa Tavares*



BRUNO CALABRESCO

nos “últimos tempos da Monarquia”. Poder de quem? Dos partidos? Do rei? E quando? Durante a crise de 1891-1893? Durante os meses da “ditadura” administrativa de João Franco? A “descrição” é vã: e é falsa.

Sousa Tavares acha que “os grandes capitalistas (...) tinham mantido cativa a Monarquia, trocando créditos à Casa Real por concessões de monopólios e oportunidades de negócio nas colónias de África”. Os governos vigiavam os dinheiros do rei, vintém a vintém. João Franco publicou (com injusto escândalo) as contas todas. Nem o mais remoto vestígio de evidência permite a Sousa Tavares dizer o que disse. E nem o Partido Republicano, indiferente à calúnia, se atreveu a ir tão longe.

De resto, as noções de Sousa Tavares sobre a República são vagas. Acha que foi um regime “dissoluto, deliquescente” e “que parecia sem rumo” (o que não quer dizer absolutamente nada). Acha que “abandonou à sua sorte as colónias de África por absoluta incapacidade de gestão” (um erro óbvio) e acha que se “arruinou na aventura militar da Flandres” para conservar o Império Português (tese contestada e hoje abandonada). Acha que a República fez do “clero regular, e em especial dos Jesuítas, o seu principal inimigo” (não existiam em Portugal mais de uma centena ou duas de Jesuítas no 5 de Outubro) e que “insinuou tréguas” ao clero regular, “em troca de apoio”. Não lhe ocorreu sequer que a Lei de Separação, que tenta “explicar” (com vários erros pelo meio), se dirigia na essência ao clero regular. Nada disto é para levar a sério e não contribuiu remotamente para que alguém perceba a República.

Mas Sousa Tavares não pára aqui. Acha, por exemplo, que a República confiscou os bens dos “aristocratas exilados” (não confiscou) e que o Papa “se apressou a publicar uma encíclica contra ela” (não publicou uma encíclica, publicou uma *bula*, que repetia a doutrina pouco antes estabelecida para França) e que deu “instruções secretas aos bispos portugueses com vista a uma resistência clandestina como no tempo dos primeiros cristãos de Roma” (!!!). Vale a pena comentar?

d. *Opiniões de Pedro* - Pedro, graças a Deus, quase não fala. Expele tiradas de propaganda, com frequência completamente anacrónicas (mas não se pode pedir muito). É o contraponto da direita de que Diogo precisa. Não adianta, nem atrasa.

Resumos de “História”

Como o *Rio das Flores* vai de 1915 ao fim da II Guerra, Sousa Tavares é obrigado a entremear a vida dos Ribera Flores, com resumos do que sucedeu em Portugal e no mundo. Estes resumos seriam sempre uma simplificação. Com Sousa Tavares, são, além disso, de um primarismo, de uma banalidade e de uma ignorância, que não permitem o mais vago entendimento do que se passou. Tanto mais que o narrador resvala constantemente para a retórica da indignação pré-“25 de Abril” e de quando em quando faz digressões de uma extraordinária irrelevância, para exibir a sua virtude ou a sua cultura, ou simplesmente porque lhe pareceram “engraçadas”. Não se procure aqui a história ou “atmosfera” dos anos 20, 30 e 40. Segue, para guia do leitor, a lista dos resumos:

sobre a Monarquia e a República - Quando aqui me refiro a Miguel Sousa Tavares deve ser claro que me refiro ao narrador. Incumbia, em princípio, ao narrador alguma exactidão e alguma subtilidade interpretativa. Vamos por partes. Começa por que Miguel Sousa Tavares, como Diogo, tem uma ideia insólita da Monarquia. Sousa Tavares acha que uma “aristocracia

caduca e inculta” dominava a Monarquia: os “marqueses de berço” e os “condes de ocasião”. Desde 1871, ou seja, nos cinquenta anos que precederam a República, estiveram no governo, entre dezenas de ministros, 2 marqueses, 3 condes, 3 viscondes. Excepto Sabugosa (um ano no Ministério da Marinha), nenhum “de berço”, todos “de ocasião”. Havia, claro,

As personagens principais são pouco densas, sem complexidade ou interesse

muita gente de “boas famílias de província” ou da classe média de Lisboa e do Porto, em geral com pouco dinheiro, que mandara estudar os filhos. E uma apreciável quantidade de *self-made men*. De uma “aristocracia caduca e inculta” a governar o país nem os próprios republicanos se queixavam.

Sousa Tavares acha que existiu um “poder autocrático e distante”

O dirigível Hindenburgo passou por Lisboa em 1936



A Ditadura Militar, Salazar e o Estado Novo - Com erro atrás de erro, não há lugar-comum que Sousa Tavares nos poupe sobre o "28 de Maio", a personalidade de Salazar e a perversidade do Estado Novo. Infelizmente, como não compreendeu a República, não consegue compreender Salazar, nem os mecanismos por que tomou e consolidou o poder. O narrador repete a evidência de que o exército e a Igreja apoiaram Salazar: não esclarece nem como, nem porquê. E não lhe ocorre que a liquidação política do liberalismo e do radicalismo a favor do "viver habitualmente" (cujo significado essencial lhe escapa) implicasse mais do que a polícia e a censura.

O pronunciamento de Fevereiro de 1937 - O narrador não trata dos motivos corporativos do pronunciamento ou da sua natureza política. Resolve contar o episódio, em que Diogo nem sequer participa, porque sim.

Política espanhola até 1936 - Diogo explica incontestavelmente o que o narrador pensa: "Houve eleições (em 1931), ganharam os republicanos e socialistas e há um governo legítimo em funções. Um governo escolhido pelo povo: conhece melhor alternativa para governar os povos?" Em 1932, torna a dizer o mesmo. Talvez seja apropriado observar que em 1931 e 1932 já a Espanha estava em guerra civil larvar.

A Guerra Civil de Espanha - Miguel Sousa Tavares escreve que a Frente Popular ganhou a eleição de 1936 por 150.000 votos, uma margem ridícula. Se tivesse lido Hugh Thomas com atenção (vem na bibliografia), saberia como esse número é enganador e artificial. Não leu ou não se ralou. O título do primeiro grande "clássico" sobre a Guerra de Espanha é *O Labirinto Espanhol*. Mas Miguel Sousa Tavares não perde tempo com complexidades. Num único parágrafo descreve (mal) as razões políticas da guerra e segue para uma reportagem truncada e tosca da conspiração e do levantamento

militar. Por necessidade narrativa (Pedro vai para Sevilha para combater na Legião Estrangeira), conta em mais pormenor o "golpe" de Queipo de Llano em Sevilha e, com um enorme buraco pelo meio, a campanha nacionalista até Madrid, onde Pedro é ferido.

Desta prosa atrapalhada e confusa, sobra uma pérola. Cito: "No lado oposto, pontificava o socialista de esquerda Largo Caballero, um político populista e demagogo (...). A revolução a que aspiramos - dizia ele, sem medir as palavras - só terá sucesso através da violência." Isto sobre um homem a quem chamavam desde 1933 o "Lenine de Espanha, um homem que organizara e declarara a greve geral revolucionária de 1934 (a chamada "revolução de Outubro) e que já *expressamente* ameaçara antes com a *guerra civil* : "não media as palavras". Isto sobre o chefe de um partido, cujo programa, entre outras coisas, reclamava: a nacionalização da terra, a dissolução e expropriação dos ordens regulares, a dissolução do exército e a dissolução da Guarda Civil: "não media as palavras".

A política de não-intervenção - O narrador volta à denúncia (indignada, claro) da política de não-intervenção. Tal qual como se Blum (a Frente Popular Francesa) e a Inglaterra fossem absolutamente livres de intervir e tivessem escolhido não o fazer. Não eram e seria aqui inútil demonstrar por quê. Mas três observações de Miguel Sousa Tavares merecem (pelo absurdo) um comentário.

1.ª Sousa Tavares escreve: "De início, o ditador comunista (Estaline) não parecia muito inclinado a envolver-se no conflito espanhol, mas a enorme pressão exercida pelo Komintern acabou por forçá-lo a mudar de política." Se, em 1936, algum membro do Komintern manifestasse a mais ligeira discordância de Estaline, seria imediatamente morto, se estivesse na URSS, ou expulso do partido, se não estivesse. Miguel Sousa Tavares não sabia isto?

2.ª Sousa Tavares escreve, glosando o tema: "Depois de duas décadas a pregar o 'internacionalismo proletário', os comunistas de todas as partes do mundo não conseguiam compreender como é que a 'Pátria do Socialismo' poderia assistir de braços cruzados a um conflito onde um povo em armas pela Revolução Socialista enfrentava uma coligação de todas as direitas, apoiada por Hitler e Mussolini." Os comunistas não conseguiam compreender? Não tinham compreendido o terror no Partido da União Soviética, os julgamentos de Moscovo (e ainda em 1936 os de Zinoviev e Kamenev), a mudança na Alemanha e na França da estratégia "classe contra classe" para a estratégia "frente popular"? Não iriam compreender o pacto germano-soviético em 1939? Miguel Sousa Tavares não sabia disto?

3.ª Sousa Tavares escreve: "Graças ao trabalho de sapa do embaixador em Espanha, Teotónio Pereira, e à sua facilidade em chegar junto a Franco, foi possível (...) conter os ímpetus expansionistas do ministro (dos Negócios Estrangeiros e antes do Interior) espanhol (Serrano Suner) e a sua tentação de estender o Reich à Península Ibérica. / Este foi o primeiro objectivo de Salazar na pasta (dos Negócios Estrangeiros) e teve sucesso." Miguel Sousa Tavares engole aqui (anzol, linha e cana) a propaganda salazarista. Franco

nunca quis qualquer aliança com Hitler como provam as condições proibitivas que lhe pôs no encontro de Hendaye (1940). Hitler também não queria a expansão da Alemanha para sul, como escreveu no *Mein Kampf*, nem a "estratégia de ofensiva no sul", como mostrou em 1940 e 1941. Em Hendaye, queria que a Espanha expulsasse a Inglaterra de Gibraltar, sozinha ou com uma pequena ajuda, e sem compensações territoriais, susceptíveis de incomodar a Itália e a França de Vichy, coisa que Franco naturalmente recusou. Nem Salazar, nem Teotónio Pereira contribuíram fosse o que fosse para a neutralidade da Península.

Política externa de Salazar - Sobre a política externa de Salazar é ocioso insistir. A neutralidade de Portugal convinha aos dois lados. As pequenas cedências aqui e ali (volfrâmio, Açores) como a zanga com Armindo Monteiro, embora parte do folclore da velha oposição, não têm qualquer espécie de significado. Um ponto, no entanto, ao contrário do que Sousa Tavares parece pensar (ou leva o leitor a pensar), Salazar deu "total liberdade" a todos os "serviços de espionagem" e não só aos alemães.

Política brasileira - Por causa da progressiva emigração de Diogo para o Brasil, há em *Rio das Flores* dezenas de páginas sobre política brasileira (e mesmo sobre a economia do café), que não sou competente para avaliar. De resto, se o assunto me interessasse, e duvido que interesse alguém em Portugal, escolhia outro livro. Com este (que li e reli), não aprendi nada.

Cronologia

Miguel Sousa Tavares reconhece, numa "nota final", que tomou algumas liberdades com a cronologia. O que não interessaria muito, se elas não afectassem a substância da intriga. Mas neste caso afectam. Duas vezes.

1.ª Miguel quer "mover" Diogo

para o Brasil. Diogo é proprietário de uma firma de *import-export*, que um judeu alemão, Gabriel Matthaus, representa no Brasil. Em Dezembro de 1935, Gabriel vai ver a família à Alemanha e, segundo Sousa Tavares, fica oficialmente impedido de tornar a sair. Ora, excepto se Gabriel fosse por qualquer razão um "suspeito" político (coisa que o livro não menciona), em 1936 podia ainda deixar a Alemanha, embora sem dinheiro ou praticamente sem dinheiro (o que o prejudicava relativamente pouco porque vivia da empresa do Brasil). Entre 1933 e 1937, emigraram 87.000 judeus alemães dos 437.000 que continuavam no Reich: 25.000 em 1936 (o ano em causa) e 23.000 em 1937. Verdade que em 1937, *não em 1936*, o Brasil fechou as portas à emigração judaica, mas ficaram Cuba, a Colômbia, a Venezuela e o México, onde era depois possível arranjar um "visto" para outro destino. A situação de Gabriel serve principalmente para "avançar" a intriga do romance (Diogo parte para o Brasil para o substituir) e para uma breve, e como sempre distorcida e primária, referência ao Holocausto. Esta espécie de "habilidade" cronológica não é venial, nem aceitável.

Mas, antes de passar à frente, não resisto a uma transcrição, típica da maneira como Sousa Tavares escreve sobre o mundo: "No mês anterior", declara ele, "Hitler anexou a Renânia ao Reich, fazendo tábua rasa dos Acordos de Versalhes, que haviam estabelecido a região como zona desmilitarizada." Hitler *não anexou a Renânia*, porque a *Renânia era parte do Reich*. Hitler militarizou a Renânia, coisa que o Tratado de Versalhes de facto proibia. Quase tudo o que Sousa Tavares diz sobre Hitler e o nazismo é assim: errado, aproximativo ou confuso.

2.ª Lá mais para o fim do livro, Sousa Tavares tem o problema contrário: a intriga exige que Diogo fique no Brasil. Como resolver a coisa? Sousa Tavares inventa



Salazar

“

Com erro atrás de erro, não há lugar-comum que Sousa Tavares nos poupe sobre o “28 de Maio”, a personalidade de Salazar e a perversidade do Estado Novo

Resumos do que sucedeu em Portugal e no mundo [...] são de um primarismo, de uma banalidade e de uma ignorância, que não permitem o mais vago entendimento do que se passou

Sousa Tavares precisa de “encher” o romance, de o “enchumaçar”. Para isso, usa fontes. [...] Há passagens que quem se deu ao trabalho de ler a bibliografia percebe muitas vezes donde foram “tiradas”

Não escreve como quem escreve um romance, escreve como quem escreve um relatório: directamente, com a mesma luz branca e monótona para tudo

O lugar-comum abunda: a actividade do Natal “é desenfreada”; a “continuidade das coisas” é “reconfortante”; o filho de Diogo “ensaia os primeiros passos”; as pernas de uma senhora são “bem desenhadas”

Há quem se entretinha com esta espécie de produto, mas não se trata com certeza de literatura

”

que a partir do começo da guerra (Setembro de 1939) não existia maneira de atravessar o Atlântico em segurança. Existiu, pelo menos, durante um ano, até Julho de 1940, e em rigor até Julho de 1941, para navios de passageiros com bandeira neutra, que viajavam para portos de países neutros. Centenas de milhares de pessoas foram nessa altura para a América do Sul e para a América do Norte, *sem uma perda*, e os barcos voltavam para a Europa meio vazios.

Mas com este truque Sousa Tavares faz com que Diogo não venha para Portugal *contra a sua vontade*, porque *isso é essencial* à intriga e à “definição” da personagem. Imagino que um iltrado (a maioria dos leitores) acredite piamente em Sousa Tavares.

O uso das fontes e “peças de jornalismo”

Para além das “meditações” sobre política (sob forma de polémica ou não), Sousa Tavares precisa de “encher” o romance, de o “enchumaçar”. Para isso, usa fontes. Na história, como na ficção histórica, as fontes devem servir para suportar uma narrativa ou um argumento, esclarecer um ponto obscuro, excepcionalmente para uma descrição com valor alegórico, metafórico, simbólico, analítico ou dramático. Nunca devem servir para uma simples paráfrase ou como uma espécie de reservatório de elementos decorativos, para dar “cor” a um episódio, à maneira do jornalismo de “revista”. Infelizmente, é assim que Sousa Tavares sistematicamente se usa. Há passagens que quem se deu ao trabalho de ler a bibliografia percebe muitas vezes donde foram “tiradas”. Segue uma lista:

- 1.º Uma tourada em Sevilha. Sousa Tavares não estava com atenção quando “estudou” a fonte e confunde a capa (ou capote) com a muleta. Daí em diante é o puro disparate.
- 2.º História abreviada do Palácio Real de Estremoz.
- 3.º Descrições de vários automóveis.
- 4.º Descrição do voo de um Zeppelin sobre Lisboa.
- 5.º Opiniões do embaixador inglês (em 1929) e do sr. R.A. Gallop sobre os portugueses.
- 6.º Breve história do restaurante Tavares Rico.
- 7.º O cinema em Lisboa no princípio dos anos 30.
- 8.º Descrição dos efeitos da crise de 1929 em Portugal.
- 9.º Descrição de um Zeppelin.
- 10.º Descrição e história do hotel Copacabana Palace.
- 11.º Nova descrição de hotéis e de alguns cafés frequentados por intelectuais no Rio.
- 12.º Preparativos para a Exposição do Mundo Português e obras da referida Exposição.
- 13.º Economia do café no Brasil.
- 14.º Descrição e história da fazenda Águas Claras.
- 15.º Diatribe contra intelectuais brasileiros que colaboram com Getúlio Vargas.
- 16.º Algumas notas sobre a família Werneck.
- 17.º Descrição e história da cidade de Vassouras.
- 18.º Descrição da querela entre Salazar e Armindo Monteiro.
- 19.º História da demissão do vice-cônsul de Portugal em Vichy (depois de preso pela Gestapo), recomendada por um terceiro secretário de embaixada, Emílio Patrício.

A maior parte destas digressões não tem qualquer função na narrativa: não passa de um ornamento “colado” à narrativa. E a pequena parte que tem uma função podia ter sido reduzida a uma frase ou a meia dúzia de linhas. Sousa Tavares não diz nada *indirectamente*: não sugere, não insinua, não omite. Não escreve como quem escreve um romance, escreve como quem escreve um relatório: *directamente*, com a mesma luz branca e monótona para tudo.

Lendo o *Rio das Flores*, uma pessoa sente claramente quando entrou a “ficha” (de informação) sobre isto ou sobre aquilo. E o peso das fichas torna o livro pueril como um “trabalho de casa”. Mas também o desequilibra. A interminável quantidade de páginas sobre, por exemplo, os Zeppelin, a política brasileira (em que Diogo não participa) ou as belezas de Vassouras são meras curiosidades, que estão ali porque estão, e atenuam ou dissolvem a já fraca intensidade do romance.

Comida

No *Rio das Flores* há 17 descrições de comida. Dessas 17 só quatro ou cinco (e com muito boa vontade) se justificam.

Sentenças

De quando em quando, Sousa Tavares gosta de dar a sua sentença. Para apreciar a sua profundidade e ambiguidade, aqui vão algumas:

- 1.º “... O Corpo Expedicionário Português fora dizimado em dois dias de Abril à *mais imbecil estratégia militar de todos os tempos* - a chamada guerra das trincheiras...” Morreram 9 milhões de pessoas porque ninguém (pelo menos tão inteligente com Sousa Tavares) descobriu que a guerra de trincheiras era imbecil.
 - 2.º “... numa Europa ainda mal refeita dos efeitos catastróficos *da imbecil guerra de 14-18...*” E pensar a gente que se gastou tanto tempo a tentar perceber uma “imbecilidade”.
 - 3.º “... toda a elite nacional de então, continuava a alimentar a lenda do regresso desse *patético rei D. Sebastião - o mais imbecil, incompetente e irresponsável governante de toda a história de Portugal.*” Isto é o que Sousa Tavares compreende de D. Sebastião e do sebastianismo.
 - 4.º “... o poeta (Fernando Pessoa) retirava-se (...) dedicando-se (...) à escrita da *mais extraordinária obra literária que Portugal alguma vez tivera.*” Nada de discussões.
 - 5.º “*A lista dos intelectuais que militaram pela causa da esquerda espanhola era absolutamente impressionante - não havia, praticamente, um escritor, um músico, um filósofo prestigiado, um Prémio Nobel, que lá não figurasse...*” Palavra de honra?
- Estes juízos não são percalços, são sinais particularmente cómicos da imaturidade e presunção que permeiam o livro inteiro.

“Personagens”

Como escrevi acima, anda muita gente pelo *Rio das Flores*: que sai e entra, com uma identidade qualquer e se esquece imediatamente. Na família Ribera Flores, que ocupa o centro da história, as mulheres, Maria da Glória e Amparo, são meros comparsas, de uma confrangedora convencionalidade. Nada de essencial as distingue uma da outra.

Literariamente, não existem. Diogo, o herói principal, é, por um lado, uma colecção de opiniões: representa a *inquietação democrática*. E, por outro, uma colecção de decisões arbitrárias e de paixões melodramáticas: representa a *inquietação existencial*. Mas, como só vê e só percebe a superfície dele próprio, do mundo e das pessoas, nunca chega a interessar ou a comover. Não passa de um artifício. Pedro, o irmão, representa a tradição do latifundiário alentejano e a *reação política*. Serve de contraponto a Diogo. Consegue ser um pouco mais “real” do que Diogo. Mas, sendo do princípio ao fim uma “personagem” esquemática e, por isso mesmo, previsível, não é convincente.

Como escreve Sousa Tavares

Como escreve Sousa Tavares? Sousa Tavares não tem um “estilo”, se entendermos por “estilo” uma forma característica de escrever. Sousa Tavares escreve como um jornalista: fluentemente e anonimamente. Quando quer ir mais longe e “fazer estilo”, os resultados não se recomendam. Um exemplo ao acaso: “Parecia que Sevilha inteira fluía com ele dentro de um carrossel de sensações, de excitação, rumo a um ponto qualquer onde tudo aquilo teria ferozmente de explodir num apocalipse.”

O lugar-comum abunda: “as areias de Alcácer-Kibir” são “incandescentes”; a “beleza de Amparo” é “encandeante”; a actividade do Natal “é

desenfreada”; a “continuidade das coisas” é “reconfortante”; o filho de Diogo “ensaia os primeiros passos”; as pernas de uma senhora são “bem desenhadas” e os olhos “grandes” e a boca “rasgada”; a mãe ama o filho “até ao absurdo”; o corpo da senhora já referida é “esguio e proporcionado”; as palavras “estrangulam a garganta” da mesma senhora; quando Pedro percebe que ela o vai deixar é “como se uma bomba tivesse acabado de rebentar dentro da cabeça dele”; “quem nunca sofreu por amor nunca aprenderá a amar. Amar é o terror de perder o outro, é o medo do silêncio e do quarto deserto...”, etc., etc., etc.

Sempre assim.

Conclusão

Como romance histórico e político da primeira metade do século XX, uma alta ambição, o *Rio das Flores* vale pouco ou nada. Com a sua superficialidade e a sua ignorância (a bibliografia do livro mostra principalmente o que ele não leu, ou seja, quase tudo), Sousa Tavares repete a versão popular “esquerdista”, sem “iluminar” a época e sem a perceber. Como romance de uma família, o *Rio das Flores* é pobre e vulgar. Há quem se entretinha com esta espécie de produto, mas não se trata com certeza de literatura.

Uma última observação: discuti neste artigo um livro e um autor, não estou disposto a discutir a minha pessoa ou a pessoa de Sousa Tavares.

O título é da responsabilidade da redacção



MÚSICA EM S. ROQUE

de 10 de Novembro a 8 de Dezembro - 2007

NOVEMBRO	NOVEMBRO
24 Sábado 21.00 h	25 Domingo 17.00 h
IGREJA DE SÃO ROQUE Coro do Teatro Nacional de São Carlos	IGREJA DO INSTITUTO DE SÃO PEDRO DE ALCÁNTARA Coral Vértice - grupo vocal masculino
Ein Deutsches Requiem Johannes Brahms	MÚSICA IBERO-AMERICANA DE NATAL DOS SÉCULOS XVI e XVII
VERSÃO PARA PIANO A QUATRO MÃOS E CORO Giovanni Andreoli, direcção	Obras de: Pedro do Porto (c. 1465-1495), D. Pedro de Cristo (1545-1618), Estêvão L. Morago (c. 1575-1630), Aires Fernandes (?-c. 1600), Tomás Luis de Victoria (1548-1611), Gaspar Fernandes (1566/70-1629) e Anónimo (Coimbra, 1643)
Informações Secretaria-Geral / Direcção de Comunicação e Imagem Tel. 21 323 52 12/77 www.scml.pt • musicaemsroque.scml.pt	Sérgio Fontão, direcção
Igreja de São Roque • Largo Trindade Coelho Lisboa Igreja do Instituto de São Pedro de Alcântara R. Luisa Todi, 1 Lisboa	Organização SANTA CASA Associação de Amadores da Música de Lisboa
Obtenha o seu ingresso na Direcção de Comunicação e Imagem, na sede da Misericórdia de Lisboa, Largo Trindade Coelho, ou na entrada do Instituto de São Pedro de Alcântara	Patrocinios FUTURO Montepio BANCO ESPÍRITO SANTO
O programa dos concertos pode ser alterado por motivos de força maior	Apoios RTP2
	Diário de Notícias PI Expresso JL